



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
DIRETORIA GERAL

P R O T O C O L O

PROCESSO nº 032/2002 de 28 de Janeiro de 2001.

INTERESSADO: EXECUTIVO MUNICIPAL

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 039/2001, DE ORIGEM LEGISLA-  
TIBA, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NA REALIZAÇÃO DE  
REPAROS EM QUALQUER DANO; CAUSADO POR EMPRESAS PÚBLICAS OU  
PROVADAS, E/OU PESSOAS FÍSICAS NAS VIAS PÚBLICAS DE BENTO  
GONÇALVES.

PROJETO-DE-LEI nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

COMISSÕES DE: CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA;

ARQUIVADO EM: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Secretário-Geral

*Lei Municipal 3.193/2002.*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
GABINETE DO PREFEITO

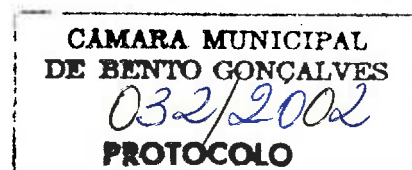
**REJEITADO**

**VOTAÇÃO:** *Unica*  
*por maioria (13x08)*

**SALA DAS SESSÕES,** *121* **DATA** *03/2002*

*[Assinatura]*  
**Vereador** **Presidente**

Bento Gonçalves, 18 de janeiro de 2002.



Excelentíssimo Senhor Presidente:

Comunicamos a Vossa Excelência que, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município, resolvemos vetar o Projeto de Lei nº 039/2001 de origem Legislativa que **“Dispõe sobre a obrigatoriedade na realização de reparos em qualquer dano, causado por empresas públicas ou privadas, e/ou pessoas físicas nas vias públicas de Bento Gonçalves”**.

O projeto de lei visa que as empresas públicas ou privadas e/ou as pessoas físicas que causarem danos, de qualquer espécie, nas vias públicas do Município, sejam obrigadas a repará-los, sob pena de serem autuadas pelo Poder Executivo.

Com a devida vênia, entende-se que o referido projeto de lei, embora de interesse público relevante, fere os princípios da Constituição Federal.

A Lei Magna, em seu artigo 5º, incisos LIII, LIV e LV, garante que todas pessoas jurídicas e físicas não podem ser processadas nem sentenciadas, senão pela autoridade competente, “in casu”, somente pelo Poder Judiciário, bem como garante-lhes a ampla defesa. Tais princípios constitucionais estão sendo feridos no referido projeto de lei.

*[Assinatura]*  
A Sua Excelência o Senhor,  
Vereador **CLÓRIS PASQUALOTTO**,  
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores,  
Palácio 11 de Outubro,  
**NESTA**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

Não pode, assim, sem infringência de princípios constitucionais, determinar, a lei municipal, a obrigatoriedade de empresas e/ou pessoas, ressarcirem danos causados, sem a existência de processo judicial. Somente o Poder Judiciário, através de uma sentença proferida após o devido processo legal, é quem pode obrigar alguém a reparar danos.

A matéria, conforme constou no projeto de lei, não se constitui em matéria adequada a normatização jurídica através de lei municipal.

Isto posto e após a análise, dada a inobservância de direitos constitucionais, **vetamos o Projeto de Lei nº 039/2001**, de origem Legislativa, submetendo estas razões à apreciação dos Senhores Vereadores.

Cordialmente,

  
**ALCINDO GABRIELLI**  
Prefeito Municipal em exercício



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
VEREADOR CLÓRIS PASQUALOTTO  
DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
NESTA.

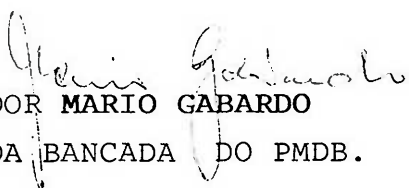
CÂMARA MUNICIPAL  
DE BENTO GONÇALVES  
177/2001  
PROTOCOLO

Senhor Presidente:

O VEREADOR **MARIO GABARDO**, vem, respeitosa-  
mente, à presença de Vossa Excelência, **REQUERER** que, após obedeci-  
dos os trâmites regimentais seja encaminhado para apreciação e -  
deliberação do Plenário o incluso Projeto de Lei que "**DISPÕE SO\_**  
**BRE A OBRIGATORIEDADE NA REALIZAÇÃO DE REPAROS EM QUALQUER DANO,**  
**CAUSADO POR EMPRESAS PÚBLICAS OU PRIVADAS , E/ OU PESSOAS FÍSI -**  
**CAS NAS VIAS PÚBLICAS DE BENTO GONÇALVES.**"

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Sala das Sessões, aos dois dias do mês de  
agosto de dois mil e um .

  
VEREADOR **MARIO GABARDO**  
LÍDER DA BANCADA DO PMDB.



**APROVADO**

VOTAÇÃO: 1ª

por unanimidade (Com Emendas)

SALA DAS SESSÕES, 18.12.2001

DATA

Vereador

Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**

Palácio 11 de Outubro

**APROVADO**

VOTAÇÃO: 2ª e 3ª

por unanimidade (Com Emendas)

SALA DAS SESSÕES, 16.12.2001

DATA

Vereador

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 39, DE 02 DE AGOSTO DE 2001.

*Lei Municipal nº 3.193, de 25.03.02*

" DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NA REALIZAÇÃO DE REPAROS EM QUALQUER DANO, CAUSADO POR EMPRESAS PÚBLICAS OU PRIVADAS, E/OU PESSOAS FÍSICAS NAS VIAS PÚBLICAS DE BENTO GONÇALVES."

Art.1º-Ficam obrigadas as Empresas, sejam elas Públicas ou privadas, e /ou as pessoas físicas a providenciar a realização de reparos por danos de qualquer espécie, causados por consertos e ou obras, nas vias públicas do Município.

Art.2º - O Executivo poderá ter conhecimento dos danos através:

- a) das indicações de Vereadores;
- b) solicitações pelo tele-participação e,
- c) vistorias pela Municipalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: Após tomar conhecimento do dano, o Executivo terá o prazo de 48 ( quarenta e oito ) horas para notificar os responsáveis.

Art.3º- As Empresas ou pessoas notificadas terão um prazo de 72 ( setenta e duas ) horas, após notificadas pelo Executivo, para procederem os reparos pelos danos causados.

Art.4º- As Empresas ou pessoas que não atenderem às notificações do Executivo, serão autuadas em 100 cem vezes a URM., ou outro indexador que o substitua.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Em caso de reincidência,  
a autuação será de 200 (duzentos ) URM.

**Art.5º** - Esta Lei entra em vigor na data  
de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,** aos dois  
dias do mês de agosto de dois mil e um.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**

Palácio 11 de Outubro

**JUSTIFICATIVA.**

Temos assistido nos últimos tempos, um aumento progressivo de danos, em vias públicas, causados por consertos e ou obras realizadas e não concluídas, por Companhias e Empresas, Públicas e privadas e, até por pessoas físicas, com sérios prejuízos à nossa Comunidade.

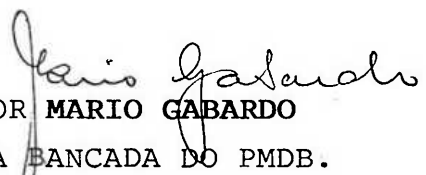
Hoje é comum encontrarmos ruas a espera/ de providências, uma vez que os responsáveis, que realizam os serviços não procedem com a reparação do dano causado à via, prejudicando pedestres e veículos que por ali transitam.

Desta forma, e pretendendo coibir a permanência desta prática, apresentamos este Projeto de Lei, que torna obrigatório os reparos ao dano provocado em vias públicas, pelos responsáveis no conserto e ou obra.

Não queremos com isso, gerar uma nova fonte de arrecadação aos cofres públicos, mas sim, evitar que nossos Municípios sejam prejudicados, sofrendo danos materiais ou pessoais, a espera de reparos.

Sendo assim, espero a compreensão e o voto favorável desta Colenda Casa Legislativa, dada a importância do presente Projeto.

Sala das Sessões, aos dois dias do mês - de agosto de dois mil e um.

  
VEREADOR **MARIO GABARDO**  
LÍDER DA BANCADA DO PMDB.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

Exmo.Sr.  
Vereador CLÓRIS PASQUALOTTO  
Presidente da Câmara Municipal  
NESTA CASA

CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE B. GONÇALVES

Recb. em 12, 11, 01

Assinatura

Através do presente, vimos encaminhar emenda aditiva ao Projeto Lei Nº 39, Processo Nº 177, que Dispõe sobre a obrigatoriedade na realização de reparos em qualquer dano, causando por empresas públicas ou privadas e/ou pessoas físicas nas vias públicas de Bento Gonçalves.

Art. 1º – Fica acrescida a letra 'd' no artigo 2º do Projeto de Lei Nº 39, de 02 de agosto de 2001, com a seguinte redação:

'd) solicitações protocoladas na Secretaria Municipal de Finanças'.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos doze dias do mês de novembro de dois mil e um.

  
Vereador VALDECIR RUBBO  
Líder da Bancada do PDT

**APROVADO**

VOTAÇÃO: 1ª

por unanimidade

SALA DAS SESSÕES, 18/12/2001

DATA

Vereador

Presidente

**APROVADO**

VOTAÇÃO: 2ª e 3ª

por unanimidade

SALA DAS SESSÕES, 26/12/2001

DATA

Vereador

Presidente





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

EMENDA ADITA AO PROJETO DE LEI Nº 39, DE 02 DE AGOSTO DE 2001.  
Processo nº 177/2001

Art. 1º – É acrescido artigo e parágrafo único ao Projeto de Lei Nº 039, de 02 de agosto de 2001, com a seguinte redação:

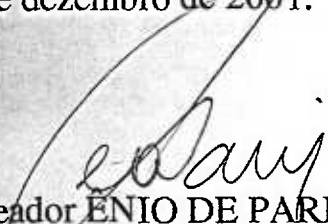
Art. 5º – As Empresas Públicas ou Privadas e/ou Pessoas Físicas devem fazer a sinalização adequadamente, com cones, placas e fita zebrada em todas as obras que estão sendo executadas.

Parágrafo Único: A sinalização deve ser feita no início dos trabalhos e permanecer até a sua conclusão.

Art. 2º – O artigo 5º passa ser o 6º.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2001.

  
Vereador ENIO DE PARIS  
1º Secretário da Mesa Diretora  
P D T

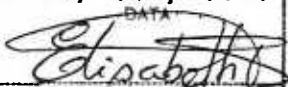
**APROVADO**

VOTAÇÃO: 1ª

por unanimidade

SALA DAS SESSÕES, 18/12/2001

DATA



Vereador

Presidente

**APROVADO**

VOTAÇÃO: 2ª e 3ª

por unanimidade

SALA DAS SESSÕES, 26/12/2001

DATA



Vereador

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

PARECER Nº 044  
Processo 032/2002

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o veto ao Projeto de Lei nº 039/2001 que Dispõe sobre a obrigatoriedade na realização de reparos em qualquer dano, causado por empresas públicas ou privadas, e/ou pessoas físicas nas vias públicas de Bento Gonçalves.

Equivocada a alegação do Executivo Municipal quanto a inconstitucionalidade do presente Projeto.

Em momento algum existe julgamento de responsabilidade civil, até porque neste caso, efetivamente cabe somente ao judiciário o seu julgamento.

O Projeto apresentado com as suas emendas apenas dispõe que o Executivo dentro de um prazo e com a cominação de uma multa, deve instar a si próprio ou a terceiros, que reparem danos que causaram.

Desta forma, o Projeto nada tem de inconstitucional apenas obriga o Executivo a proceder a fiscalização das vias públicas, especificamente quando houverem reparos a serem realizados.

Assim, do ponto de vista jurídico, o Projeto possui condições de tramitação e votação pelos Senhores Vereadores.

s.m.j. é o parecer.

Palácio 11 de Outubro, aos doze dias do mês  
de março de dois mil e dois.

Assessoria Jurídica:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**

PARECER:

Processo Nº: 032/2002

AUTOR: Executivo Municipal

RELATOR: Vereador

ASSUNTO: **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 039/2001, DE ORIGEM LEGISLATIVA QUE DISPÕE A OBRIGATORIEDADE NA REALIZAÇÃO DE REPAROS EM QUALQUER DANO, CAUSADO POR EMPRESAS PÚBLICAS OU PRIVADAS, E/OU PESSOAS FÍSICAS NAS VIAS PÚBLICAS DE BENTO GONÇALVES.**

Parecer **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

A Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça desta Casa Legislativa, por seus membros abaixo firmados, submete a matéria em questão à decisão do Soberano Plenário, que trata do **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 039, DE 02 DE AGOSTO DE 2001**, de origem legislativa, que dispõe sobre a obrigatoriedade na realização de reparos em qualquer dano, causado por empresas públicas, privadas e/ou pessoas físicas, nas vias públicas de Bento Gonçalves, em virtude da justificativa encaminhada pelo Poder Executivo, que diz ser a matéria inconstitucional, por ferir os princípios da Constituição Federal, em seu artigo 5º, incisos LIII, LIV e LV, onde está garantido o direito de todas as pessoas físicas e jurídicas de não serem processadas, nem sentenciadas, senão pela autoridade competente, ou seja, o Poder Judiciário.

Diante do acima exposto, a Comissão submete o VETO à decisão do Plenário.

Sala das Sessões, aos doze dias do mês de março de dois mil e dois.

Vereador JAURI PEIXOTO  
Vice-Presidente

Vereador ÊNIO DE PARIS  
Membro Efetivo

Vereador SÉRGIO LUIZ GALLINA  
Membro Suplente